

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÁRCIA MOREIRA CAVALCANTE

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PROFISSIONAIS: DA TEORIA AS
ENTREVISTAS COM AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

MATINHOS
2015

MÁRCIA MOREIRA CAVALCANTE

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PROFISSIONAIS: DA TEORIA AS
ENTREVISTAS COM AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da professora Taisa da Motta Oliveira.

MATINHOS/PR – JUNHO DE 2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MÁRCIA MOREIRA CAVALCANTE

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PROFISSIONAIS: DA TEORIA AS
ENTREVISTAS COM AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e defendido em Banca
Examinadora em junho de 2015.

Taís da Motta Oliveira (orientadora)
Docente da UFPR – Setor Litoral

Docente da UFPR – Setor Litoral

Docente da UFPR – Setor Litoral

A Deus em primeiro lugar, que tem me sustentado até aqui dando-me força, ânimo e entendimento para que eu pudesse concluir este curso.

Aos meus pais Suely e José Roberto, que moveram céus e terra para me ajudar a chegar até aqui. Dedico também ao meu esposo Lucas que esteve ao meu lado em todos os momentos e as minhas amigas e companheiras de curso, que fizeram parte de todo o meu progresso, dedico essa vitória.

AGRADECIMENTOS

Em meus agradecimentos não posso deixar de dar graças a Deus, acima de tudo, porque fez de mim quem eu sou hoje, por ter me dado todo o entendimento que precisei para concluir esse curso, por ter me dado uma família maravilhosa que me apoiou em todos os momentos da minha vida.

Quero agradecer à minha mãe, Suely, ao meu pai, José Roberto, por sempre estarem ao meu lado e torcendo para que esse sonho fosse realizado.

Agradeço também ao meu noivo, Lucas, pelo seu bom humor constante e por me dar sempre palavras de ânimo e encorajamento todas as vezes que me sentia desanimada.

Tenho também que agradecer pelas minhas amigas maravilhosas que fiz durante esses 4 anos de graduação. Ana Carolina, Andréia, vocês foram fundamentais nessa jornada, obrigada pela ajuda nas matérias, sempre compreensivas com minhas correrias e atrasos, pela companhia de vocês durante esse tempo. Muito obrigada.

Agradeço a Alessandra Delfino, Assistente Social, o meu muito obrigada pelo exemplo de profissional competente que você foi para mim, aprendi muito sobre a prática profissional com você.

Agradeço também a minha orientadora Taisa Motta, que foi de suma importância no processo de desenvolvimento desse trabalho. Essa relação de orientadora/aluna foi muito harmoniosa e agradável. Muito obrigada por sua calma, sugestões, encorajamento, sempre me tranquilizando nos momentos de insegurança e temor. Não poderia ter tido orientadora melhor.

RESUMO

Este trabalho realiza um estudo acerca da atuação da (o) profissional Assistente Social no campo da Política Pública de Assistência Social. A escolha do tema do estudo surgiu a partir do estágio curricular supervisionado em Serviço Social realizado junto à Direção da Secretaria de Proteção Social Especial localizada no município de Paranaguá - PR, no período de setembro/2013 a junho/2014. O estágio possibilitou conhecer de perto o cotidiano de trabalho das Assistentes Sociais inseridos no Sistema Único de Assistência Social, seus desafios, suas angústias e a busca por estratégias para enfrentá-los. Adotou-se como métodos de trabalho a pesquisa exploratória em livros, artigos, teses e entrevistas em profundidade a fim de aprofundar o conhecimento acerca do tema. No contexto da pesquisa, as entrevistas assumem papel primordial, pois através delas foi possível compreender melhor a realidade profissional.

Palavras-chave: Assistência Social; Serviço Social; Desafios e Estratégias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	9
1.1 - Antes da Constituição Federal de 1988.....	9
1.2 - Movimentos Sociais organizados na luta pelos direitos de cidadania numa nova Constituição Federal.....	12
1.3 - A Constituição Federal de 1988 e a Concepção da Assistência Social como Política.....	14
1.4 - Regulamentação, Implementação e Organização da Política.....	17
CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	23
2.1- Instituições Sociais, Assistencialismo e Serviço Social.....	23
2.2 - O Serviço Social no Brasil	25
2.3 - Serviço Social na Política de Assistência Social	28
CAPÍTULO III - DESAFIOS E ESTRATEGIAS PROFISSIONAIS.....	31
3.1 A Entrevista como método de investigação.....	31
3.2 Atuação, Desafios e Estratégias	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolve um estudo acerca da atuação do (a) profissional Assistente Social no campo da Política Pública de Assistência Social. A escolha do tema do estudo surgiu a partir do estágio supervisionado em Serviço Social realizado junto à Direção da Secretaria de Proteção Social Especial no município de Paranaguá - PR. Durante essa experiência foi possível conhecer de perto o cotidiano de trabalho das Assistentes Sociais inseridos no Sistema Único de Assistência Social, seus desafios, suas angústias e a busca por estratégias para enfrentá-los.

São objetivos deste trabalho estudar a relação histórica do serviço social com a Assistência Social no Brasil; analisar as atribuições e competências profissionais levando em consideração as condições e relações de trabalho do assistente social; conhecer as fragilidades e os avanços dos serviços, bem como os desafios presentes no cotidiano profissional; e conhecer e analisar as estratégias profissionais utilizadas no enfrentamento aos desafios, bem como na busca, pela afirmação do compromisso com o projeto ético-político do serviço social. Adotou-se como métodos de trabalho a pesquisa exploratória em livros, artigos e teses e entrevistas em profundidade a fim de aprofundar o conhecimento acerca do tema.

Assim, o presente trabalho está dividido em três capítulos respectivamente intitulados História da Assistência Social, Serviço Social e Política de Assistência Social e Desafios e Estratégias Profissionais. O primeiro capítulo traz um contexto histórico da Assistência Social, sua concepção como Política Pública e apresenta as bases legais de sua regulamentação e organização. O segundo capítulo pretende resgatar a constituição da profissão de Serviço Social e compreender as interfaces e relações do Serviço Social com a Política de Assistência Social desde sua inserção neste campo. Por fim, no terceiro capítulo utilizamos a entrevista estruturada como método para a investigação da realidade profissional, desafios e estratégias do/a Assistente Social inserido na Política de Assistência Social, a fim de relatar uma análise no campo dessa atuação, as atribuições, competência e implicações éticas.

CAPÍTULO I - HISTORIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1 ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

No princípio da história da Assistência Social esta foi assumida por grupos filantrópicos da burguesia, e da igreja católica por meio de obras e ações voltadas a caridade e solidariedade para ajuda aos pobres. Tais práticas pautadas na ótica do assistencialismo, eram encaradas como forma de controlar a pobreza e ratificar a sujeição daqueles que não detinham posses.

Ao longo do tempo a igreja e a burguesia foram se aliando, cenário este gerado entre outros fatores, pelo envolvimento da igreja na busca por terras e propriedades, somados ao crescimento do protestantismo e a devida expansão acelerada da pobreza e o avanço do movimento operário. Dessa aliança, entendia-se que para assegurar o funcionamento social adequado seria preciso coibir as práticas da classe dos trabalhadores, através da explícita repressão a organização desta e mantendo um controle sobre a "questão social". (Martinelli, 2009)

Assim, amparados pela dimensão da boa vontade de ajudar o próximo, desenvolvia-se a caridade como forma de enquadrar o sujeito, isto é, fazer com que o mesmo não viesse a se revoltar contra a ordem social. Para Martinelli (2009, p. 97) "*o que se buscava era perpetuar a servidão, ratificar a submissão*".

No Brasil, em meio à sociedade capitalista, em que se acentuam cada vez mais as expressões da questão social, as ações assistencialistas por décadas foram sendo baseadas, na atuação imediatista, que nega a noção dos direitos sociais. Até 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como disfunção individual e caso de polícia. Conforme Mestriner (2001 apud RAMOS, 2012):

Longe, portanto, de assumir o formato de política social, a assistência social desenrolou-se ao longo de décadas, como doação de auxílios, revestida pela forma da tutela, de benesse, de favor, que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira.

A primeira grande regulação governamental da assistência social no país foi a criação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS em 1938 que tinha como competência opinar sobre as subvenções oferecidas pelo Estado a instituições de ensino e de caridade.

No ano de 1943 o Conselho é reformulado com o objetivo de centralizar e fiscalizar as obras sociais públicas e privadas. Em 1959 é criado o Certificado de Filantropia, denominado posteriormente de CEBAS, que isenta entidades beneficentes do recolhimento de contribuições para a seguridade social.

Neste momento selam-se as relações entre os segmentos da elite e o Estado, pois vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios financeiros e subvenções a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social, conceito este, tido como uma concepção de assistência social, mas identificado com benemerência (LONARDONI, et al., 2006).

Referindo-se ao que denomina de período pré-LOAS, para Aguiar durante décadas estruturas federais representaram o forte da prestação de serviços assistenciais no Brasil, período que para o autor reside na total desarticulação da ação pública, pois apesar de existirem políticas federais, estaduais e municipais cada nível de governo definia e executava suas ações de modo autônomo e independente, sem conhecimento da ação do outro. E ainda, que dentro da própria esfera federal havia completa descoordenação de ações.

Já a primeira grande instituição de assistência social foi criada em 1947, a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada para a prestação de serviços assistenciais às famílias dos convocados para a guerra, em apoio ao esforço nacional representado pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial. A presidência da LBA era atribuição das primeiras damas da República que dirigiam o atendimento com ações pontuais, urgentes e fragmentadas. Segundo Sposati (2004 apud LONARDONI et al., 2006) "essa ação da LBA traz para a assistência social o vínculo emergencial e assistencial, marco que predomina na trajetória da assistência social".

Até 1966 foi sustentada basicamente por recursos provenientes dos institutos de aposentadorias e pensões e de donativos vindos da iniciativa privada e de diversos níveis governamentais. Neste ano a LBA foi transformada em

fundação, e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas.

Em 1974 foi incorporada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e subordinada a SAS- Secretaria da Assistência Social encarregada de implantar e executar a política nacional de assistência social bem como de orientar, coordenar e supervisionar outras entidades executoras dessa política.

Em 1977 passa a integrar o Sistema Nacional de Previdência e Assistência social - SINPAS, quando de sua criação.

Com a reforma administrativa do governo Collor, a LBA passou a compor o Ministério de Ação Social, que depois deu origem ao Ministério do Bem-Estar Social, no governo Itamar Franco, sendo extinta, junto com o Ministério em 1995. No ano de 1985 a LBA contava com uma estrutura encarregada da execução direta dos projetos com uma direção geral que ficava no rio de janeiro, superintendências regionais, centros sociais, unidades de apoio comunitário e núcleos de voluntariado. Além disso, tinha convênios com entidades públicas e privadas para execução indireta dos programas institucionais. A instituição foi marcada por uma ideologia paternalista e autoritária com o controle dos programas e decisões bastante centralizadas. A ausência de mecanismos de planejamento e integração de ações, com grande descontinuidade de programas somadas as denúncias de corrupção e mais tarde dificuldades financeiras, levaram a sua extinção.

Apesar da existência de vários ministérios, secretarias nacionais, e da criação de novos serviços, projetos e programas que na prática, tiveram o efeito de fragmentar e desarticular as ações de assistência social, a reflexão em torno do campo encontra espaço no final da década de 70, com a retomada do debate sobre o papel das políticas sociais, na relação Estado e sociedade, num contexto sócio-histórico marcado por uma profunda depressão econômica. Nesse contexto, a assistência social vai deixando de ser simplesmente filantrópica e o até então modelo e visão de assistência social começa a ser repensada.

Em 1974, foi instituído o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS que contém na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, que vai ser o órgão-chave na formulação de política de ataque à pobreza. Neste mesmo ano o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais –

CBCISS realiza um seminário de cinco dias em Petrópolis com 33 especialistas, visando subsidiar a iniciativa governamental. Resultante deste seminário um documento destaca a valorização da assistência social pelo MPAS e enfatiza a necessidade de tratamento inovador nessa área, fugindo ao caráter assistencialista e de simples complementação da previdência.

Contraditoriamente, observa-se, no Regime Militar, o descompasso da expansão dos programas assistenciais (com ações eventuais na perspectiva de legitimação da Regime) e o aprofundamento do processo de pauperização de amplas camadas da população agudizadas pelo aceleração do processo de urbanização em municípios de pequeno e médio portes. Assim, as lutas pela redemocratização do país conformam uma agenda de reformas institucionais em busca de maior efetividade e eficiência das políticas e dos programas, supondo um reordenamento das políticas para responder às demandas sociais em quadro de regressividade das condições sociais.

Com a retomada da democracia consequentemente reabriu-se o espaço público o que implicou na recomposição dos partidos políticos e no revigoramento das pressões sociais. Então, neste novo quadro sócio-político, surgem propostas que objetivavam a transformação do padrão conservador das políticas sociais na direção de um modelo redistributivo (YASBEK, 2010). Essa visão que levava ao tratamento que o Estado vem historicamente dispensando aos segmentos mais pauperizados da sociedade, através das políticas sociais e em particular pela assistência social tem na Constituição de 1988 uma possibilidade de alteração.

Assim, na década de 1980 num quadro em que se gestavam profundas transformações econômicas, sociais e culturais, a questão social toma maior visibilidade o que proporciona um campo fértil para o desenvolvimento dos movimentos sociais, ganhando maior expressão o movimento dos trabalhadores que almejam legitimar sua luta por melhores condições de vida e de trabalho.

1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS NA LUTA PELOS DIREITOS DE CIDADANIA NUMA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Durante a ditadura Militar no Brasil, movimentos sociais e manifestações populares opostas ao regime sofreram repressões destacando-se principalmente

os movimentos dos estudantes universitários e trabalhadores urbanos. Estes sentiram grande peso da repressão desencadeada pelo golpe militar onde tiveram centenas de sindicatos sob intervenção, lideranças presas, em fuga ou exiladas, fechamento e proibição das entidades representativas estudantis e inquéritos policial-militares dentro das faculdades. Destaca-se também o sindicalismo rural (sindicatos e ligas camponesas), crescente e muito ativo no período anterior a 1964, que a ditadura reprimiu duramente, prendendo e matando lideranças envolvidas.

Com o passar dos anos, as lutas iam crescendo, exprimindo em grande medida o desencanto com a ditadura e apesar da repressão alguns sindicatos se preservaram e foi, bem como outros movimentos sociais se rearticulando em 1968, com objetivos diferentes, mas com um único propósito de por fim ao sistema ditatorial. A luta contra a ditadura e pela democracia levou grandes contingentes de pessoas às praças públicas na busca pela Anistia e pelas diretas protagonizando um movimento popular sem precedentes na história do Brasil. Com isto cresceram as reivindicações pelo fim do regime militar e pelo restabelecimento do Estado de Direito, com a convocação de uma Assembleia Constituinte. Realizada a eleição indireta para a presidência da República, vence Tancredo Neves, tendo José Sarney como seu vice. Após o falecimento do Presidente, toma posse o vice-presidente. Vivencia-se assim, uma situação de transição para a democracia.

Em 28 de junho de 1985 o presidente Sarney enviou ao Congresso uma proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, aprovada em 27 de novembro de 1985 e instalada no dia 1º de fevereiro de 1987. O trabalho inicial da Constituinte foi a elaboração de um Regimento Interno eo passo seguinte foi a discussão do texto constitucional.O regimento interno criou as emendas constitucionais, importantes mecanismo de participação popular. Segundo Arantes (2013) “doze milhões de assinaturas em emendas populares demonstram o nível da participação do povo neste evento. Foram 122 emendas populares. Destas, 83 foram defendidas, em plenário, por representantes do segmento interessado”.

A fim de organizar os trabalhos da Constituinte foram criadas oito comissões temáticas, subdivididas em três subcomissões e mais uma Comissão de Sistematização para onde convergiria o resultado dos trabalhos das comissões temáticas. Durante os trabalhos da constituinte circulavam por dia pelo Congresso grandes grupos de pressão entre trabalhadores urbanos, rurais, servidores públicos (da área de educação, saúde, etc.) estudantes, mulheres, empresários da indústria e da agricultura, membros do judiciário, das Forças Armadas, entre outros. O serviço social também colocou sua força em campo, para fortalecer a busca pelo campo democrático dos direitos sociais desenvolvendo múltiplas articulações e debates.

Houve forte pressão contra os direitos sociais incorporados à Constituição, mas a pressão decisiva foi a popular que assegurou a aprovação de uma Constituição com um conteúdo democrático, apesar de suas limitações.

Resende (1985 apud LONARDONI, et al., 2006, p 5) diz que:

Os movimentos sociais devem ser vistos, também (neles, é claro, os seus agentes), como produtores da história, como forças instituintes que, além de questionar o estado autoritário e capitalista, questionam suas práticas, a própria centralização/burocratização tão presente nos partidos políticos.

Dessa forma, os movimentos sociais exerceram grande influência, emergindo com todo poder de pressão, conformando e norteando a configuração da Constituição federal de 1988. Especificadamente, a inclusão da assistência social no rol das políticas públicas e o reconhecimento como direito social, foi expressão direta desses movimentos cujas reivindicações cobriam um vasto leque, desde a melhoria dos serviços públicos, como nas áreas de educação e saúde até a luta contra a carestia e pelo aumento dos salários urbanos e rurais. Sobretudo que os direitos sociais fossem garantidos ao cidadão.

1.3 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A CONCEPÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA.

A maior conquista da Constituição Federal de 1988 foi o restabelecimento do Estado de Direito no país, com a conquista das liberdades democráticas. No capítulo dos Direitos Sociais os avanços foram grandes. O principal foi a

universalização dos direitos à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Com isto, as populações mais pobres passaram a usufruir destes direitos sem contribuir com a Previdência. .

No âmbito da assistência social a Constituição de 1988 não apenas introduziu um novo significado, mas um novo estatuto, pois traz a questão para um novo campo. O campo do **direito, da universalização dos acessos e da responsabilidade do Estado**.

A carta constitucional traz como novidade o conceito de seguridade social formado pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social. Essas três áreas devem ser estruturadas com base em objetivos pautados pelo viés democrático de universalidade, participação popular, descentralização da gestão e de controle social. O Artigo 194 da Constituição Federal define a Seguridade Social:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e à assistência social. (...)
Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Vemos, assim, que a inclusão da Assistência Social no sistema de Seguridade Social sem dúvida é um avanço, pois permite que a Assistência Social transite do campo do assistencialismo/clientelismo para o campo da Política Social, para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Inicia-se, portanto, um processo que tem, como objetivo, torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem.

A Política de Assistência Social é inscrita na Constituição Federal pelos artigos 203 e 204, onde estão indicados os objetivos e diretrizes da Assistência Social. São objetivos da Assistência Social conforme o artigo 203:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 130)

As diretrizes da Política de Assistência Social estão pautadas, conforme o Artigo 204, na descentralização político-administrativa e na participação da população.

No artigo 203 se modifica o sistema de proteção social brasileiro na superação de práticas assistencialistas e clientelistas. Este sistema se amplia na sua visão de população beneficiária estendendo a todos que necessitarem dos serviços e benefícios da Política de Assistência Social independente de contribuição prévia a seguridade social.

O atendimento as demandas de proteção social antes da constituição de 1988 se restringia ao trabalhador inserido no mercado de trabalho urbano formal e aqueles que compunham grande parte da população, os trabalhadores autônomos desempregados não obtinham acesso ao sistema de proteção social. Apesar de a política atualmente ainda ser marcada pela focalização e seletividade podemos afirmar que temos um sistema de proteção social amplo. Para Sposati (2004 apud LONARDONI, et al., 2006) a constituição contesta o conceito de:

população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre.

Assim, traz reflexões para a mudança de uma visão vitimizadora da população beneficiária e considera a proteção social de modo mais integral ao incluir a proteção a *família* e todos os seus membros, bem como criança, adolescente, idosos.

Outro importante avanço contemplado nos no artigo 204 é a definição da

fonte primária dos recursos que custearão as ações e as diretrizes a serem adotadas na política no que se refere a descentralização política-administrativa com comando único das ações em cada esfera de governo. E o relativo à participação da sociedade brasileira na discussão dos temas afetos ao setor - a participação da população na formulação da política; a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.

Portanto, com a constituição instala-se um momento complexo processo de debates e articulações com vistas ao nascimento da Política de Assistência Social, inscrita no campo democrático dos direitos sociais, garantindo densidade e visibilidade à questão.

1.4 REGULAMENTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA.

Para regulamentar e institucionalizar os avanços alcançados na Constituição Federal de 1988 tornou-se imprescindível a aprovação de Leis Orgânicas. Inicia-se então, um longo e intenso processo de debates e articulações pela regulamentação no campo da Assistência Social, isto é, pela formulação de uma política pública de Assistência Social. Atuaram nesse processo diferentes atores tais como o Congresso Nacional, poder executivo e o legislativo, universidades, frentes estaduais de Dirigentes Públicos de Assistência Social, Conselho Nacional de Seguridade Social e a comunidade profissional dos Assistentes Sociais através dos seus conselhos profissionais (CFESS e CRESS).

A Constituição Federal trazia em suas disposições transitórias a definição de que o Poder Executivo tinha o prazo máximo de seis meses para dotar e enviar ao Congresso Nacional, a organização da seguridade social e dos planos de custeio de benefícios, ou seja, o conjunto de leis regulamentadoras da seguridade social. O Congresso teria o mesmo prazo para analisar os projetos de lei sendo que até 05 de abril de 1991 sua implementação deveria ter ocorrido. Entretanto, o executivo não enviou propostas de lei da assistência social.

No caso da Saúde e Previdência Social, estas saíram na frente tendo suas Leis Orgânicas aprovadas nos anos respectivamente de 1990 e 1991. Já a

Assistência Social foi prejudicada pelo atraso no processo de discussão e elaboração de propostas. Esse momento foi marcado por tensões pois se confrontaram os interesses e ideais dos vários setores participantes na efetivação de uma política constitucionalmente assegurada.

Destaca-se que entre 1989 e 1992 houve algumas iniciativas no âmbito do Executivo junto com algumas instituições de apresentarem propostas, mas nenhuma delas prosperou no sentido de induzir a proposta de regulamentação. Neste período também foram realizados eventos a fim de obter subsídios para a formulação da lei orgânica.

De 30 de maio a 1º de junho de 1989 foi realizado em Brasília o 1º Simpósio Nacional sobre Assistência Social que gerou significativas contribuições. O legislativo apresenta em 1989 o projeto de lei nº 3099 de autoria do Deputado Raimundo Bezerra que é aprovado pela Comissão Temática em 28 de novembro de 1989, pela Comissão de Finanças em 23 de maio de 1990 e depois pelo Senado. Porém, o Presidente da República Fernando Collor veta integralmente o Projeto em setembro de 1990 sob a afirmação de que a nação não dispunha de recursos para o pagamento dos benefícios previstos, alegando que seus princípios são contrários a uma Assistência Social responsável.

Em 11 de abril de 1991 a matéria volta à pauta no Legislativo por iniciativa do Deputado Geraldo Alckmin Filho que apresenta com pequenas mudanças o projeto do Deputado Bezerra agora como Projeto de Lei nº 626/1991. Neste mesmo ano realizou-se em Brasília o 1º Seminário Nacional de Assistência Social onde se elegeu a Comissão pela LOAS cujos trabalhos resultaram no documento "Ponto de Vista que Defendemos" servindo de subsídio para a elaboração de um novo projeto de lei, o de nº 3154/91. O projeto foi ameaçado por uma ação de inconstitucionalidade por omissão pelo procurador geral da república pelo fato de ainda não se ter regulamentado a Política de Assistência Social.

Para alguns o veto presidencial e a omissão na regulamentação da área emergiu como uma estratégia política de protelar a efetivação de direitos sociais e gastos públicos relacionados e ainda por interesse do governo em se utilizar da área ainda sem regulamentação e portanto, menos rígida, com o objetivo de legitimação junto à população alvo do discurso governamental.

A implementação da LOAS então esbarra em aspectos e ordem política e

econômica. Para Lonardoni, et al. (2006) "no período pós-C.F./88, evidenciam-se forte inspirações neoliberais nas ações do Estado no campo social."

Em meados de abril de 1993 o executivo se posicionou articulando a um movimento representativo da sociedade civil. Nesse período foram promovidos pelo Ministério do Bem Estar Social em parceria com a LBA, SESC e SESI a fim de debater a LOAS. Esses encontros culminaram na Conferência Nacional de Assistência Social em junho de 1993.

O executivo criou uma nova versão da Lei orgânica, contrária à que vinha sendo negociada até o momento, que se referia a organização dos órgãos integrantes do sistema de assistência social. Tendo à frente a vereadora Aldaíza Sposati e com a pressão de entidades e especialistas na área, a plenária presente na referida Conferência se posicionou apoiando por aclamação os principais pontos propostos no projeto de lei n.º 3154. A lei foi discutida e alguns ganhos foram conquistados.

O Poder Executivo submeteu este projeto de lei ao Conselho Nacional de Seguridade Social que a aprovou apresentando várias sugestões. A proposta de projeto de lei da LOAS foi encaminhada pelo então Ministério do Bem-Estar Social em 13 de julho de 1993 para aprovação do Presidente Itamar Franco. Remetido ao Congresso e encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família, o projeto chegou às mãos da Deputada Fátima Pelaes e foi aprovado em setembro de 1993 pela Câmara e em novembro do mesmo ano pelo Senado.

Após a apresentação, discussão e negociação de vários projetos e emendas, a LOAS foi finalmente sancionada pelo Presidente Itamar Franco em 7 de dezembro de 1993 e publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1993, sem o consenso dos órgãos gestores quanto ao reordenamento ou extinção das instituições gestoras da Assistência Social no Brasil. A história da LOAS não termina com sua promulgação. Pelo contrário, a partir deste momento começa-se uma grande luta para a sua implementação.

A LOAS define princípios e diretrizes da Assistência Social, a organização do sistema, disciplina sobre benefícios, serviços, programas, projetos de governo e sociedade civil, o financiamento e condições de repasse de recursos.

Sobre o modelo de organização da Assistência Social, a LOAS determina que a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma

de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas). Também organiza os serviços e programas por tipos de proteção social; estabelece as atribuições e competências de cada esfera de governo; das instâncias deliberativas e fiscalizadoras do suas, os Conselhos de Assistência Social. Estabelece que as ações das três esferas de governo devem ser realizadas de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

No que se refere ao financiamento ele passa a ser feito com recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, das contribuições sociais ligadas a Seguridade Social e outros que compuserem o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (antes Fundo Nacional de Ação Comunitária). As condições para repasse de recursos para estados e municípios e distrito federal estabelecidas no artigo 30 da LOAS, são a existência e funcionamento de Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, de Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos conselhos e Plano de Assistência Social.

Depois em 1997 foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica que conceituou o sistema descentralizado e participativo da política de Assistência Social. Já em 1998, foi definido o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social, mas no ano de 2004, após um movimento de discussão nacional, foi aprovada uma nova Política Nacional de Assistência Social na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cujo modelo de gestão se pauta nos eixos estruturantes da matricialidade familiar, descentralização político-administrativa e co-financiamento; territorialização e controle social.

Consequentemente, em 2005, fez-se necessário a edição de uma Norma Operacional Básica que definisse as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (LONARDONII, et. al, 2006). Portanto, os instrumentos de regulação da Política de Assistência Social em vigor são, a Constituição Federal de 1988, a LOAS/93, a Política Nacional de Assistência Social/2004 e a Norma Operacional Básica/ SUAS/2005.

Estes textos legais promovem avanços, imprimindo às ações o caráter de universalização de acesso e cobertura dos mínimos sociais. Assim, passa a se constituir em política não contratual, não contributiva. Mas para Battini (2003, p. 30):

há aqueles que se comportam como se não existisse constituição e a LOAS, mantendo a política no patamar do clientelismo e da barganha, com os mesmos programas e ações que desde sempre eram implementados; outra grande corrente que se comporta dentro dos padrões formais da LOAS, possuindo Conselho, plano e fundo, mas não alterando a concepção de que assistência social se constitui em ações voltadas para o atendimento dos mais pobres; trabalham, assim, sob a pressão das demandas, atendendo às necessidades imediatas e selecionando os mais pobres dentre as populações empobrecidas (...)

Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS, a Assistência Social aponta para seu caráter de política de **proteção social**, voltada a garantia de direitos e de condições dignas de vida. Segundo Giovanni (1998 apud YASBEK, 2010, p. 1) entende-se por proteção social:

as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações.

A proteção social deve garantir as seguranças de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar. Com o advento do SUAS o atendimento na Política de Assistência Social se divide então, por níveis de proteção social: *Proteção Social Básica* e *Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade*.

A Proteção Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nesta proteção, temos o equipamento CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), porta de entrada do SUAS, que atua com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos.

A Proteção Social Especial destina-se ao atendimento a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de

substâncias psicoativas, situação de rua, de trabalho infantil, entre outras. É dividida em média e alta complexidade.

Os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade são aqueles que oferecem atendimento as famílias e indivíduos cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Tais como, o CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, abordagem de rua, medida socioeducativas em meio aberto e outros.

E os de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral em situações que indivíduos necessitam ser retirados do convívio familiar e, ou comunitários, ou seja, quando os vínculos foram rompidos. Alguns serviços são: Casa lar, albergue, casa de passagem, família substitutiva, etc.

Embora já se tenham conquistados estes avanços, incluindo a formulação de legislações complementares, e considerando que a Assistência Social é uma política em construção, o que se verifica no Brasil é um sistema de proteção social precário diante da crescente desigualdade e um grande desafio em colocar em prática o que está presente na legislação e nas orientações direcionadas a execução dos serviços desta Política Pública.

CAPÍTULO II - A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

2.1 INSTITUIÇÕES SOCIAIS, ASSISTENCIALISMO E SERVIÇO SOCIAL

No ano de 1930, a economia brasileira passava por uma transição de agrário-exportadora para industrial. Nesse contexto, com a política de industrialização, o Estado busca formas de incentivar as indústrias básicas que viabilizem a expansão do setor industrial, organizando o mercado de trabalho, assim como a partir das políticas financeiras e cambial, apoiar a capitalização e acumulação desse setor. Em 1937 com a implantação do Estado Novo, se encerra o período de transição iniciado com a Revolução de 1930. Se abre uma fase marcada pelo aprofundamento do modelo corporativista e por uma nítida política industrialista. A participação direta da principal beneficiária desse setor, a burguesia industrial, na gestão do Estado, aparece no quadro corporativo através de suas entidades representativas.

O mercado de trabalho em expansão receberá nesta década essencialmente uma força de trabalho liberada pela agricultura. Com o crescimento acelerado da industrialização que demandava mão-de-obra excedente, milhares de pessoas abandonaram o espaço rural rumo a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida. Essa mão-de-obra, embora abundante necessitava ser disciplinada para o trabalho. A inserção no mercado de trabalho capitalista e a busca por estratégias de sobrevivência alteram a composição social e política da cidade, o que contribuirá para pôr sob novas bases a legitimação da hegemonia burguesa.

O grande contingente de populações urbanas submetidas à péssima condição de vida, e a exploração do trabalho industrial urbano, passa a reivindicar direitos como de alimentação, saúde e legislação salarial e trabalhista. Surge a necessidade de controlar a massa operária e para validar sua legitimação, a estrutura corporativista do Estado Novo deve incorporar de alguma forma as reivindicações do proletariado. Conforme Yamamoto (1998) essa atitude visava principalmente o interesse do Estado e das classes dominantes de atrelar as classes subalternas ao Estado, facilitando sua manipulação e dominação.

Então, o Estado absorve parte destas reivindicações passando a intervir no estabelecimento e controle de uma prática assistencial. Através da fetichização

dos direitos e benefícios regulamentados pelas políticas sociais, o estado corporativo conseguirá estabelecer mecanismos eficazes de controle social e político das massas urbanas e de manutenção do sistema de produção. Para tanto, as instituições sociais e assistenciais convertem-se em instrumento de disciplinamento das relações e conflitos sociais vigentes.

Estas instituições sociais em seu processo de formação incorporam o serviço social, sendo profissionais formados em escolas especializadas e também funcionários cuja função se assemelhava às atividades desenvolvidas por um assistente social. Dessa forma, o Serviço Social e o/a Assistente Social foi agente de suma importância nas estratégias de controle social pelo Estado e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora.

Durante o período da ditadura do Estado Novo (1937/1945) foram criadas as instituições de assistência social no Brasil, as quais já foram citadas no presente trabalho: o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social) e a LBA (Legião Brasileira de Assistência).

O Estado continuou a controlar as relações existentes nos anos à frente, ou seja, não se observou mudanças significativas no campo das instituições de assistência, pois o Estado e às demandas sociais, buscava-se focalizar o atendimento as demandas sociais como trabalho nas disputas eleitorais. Foram criadas mais instituições como a Fundação Leão XIII, em 1946 que orovem da articulação entre Estado e a igreja católica. Também o SESI (Serviço Social da Indústria), no mesmo ano, com o objetivo de atuar no bem-estar do trabalhador na indústria.

Na década de 1950, a partir da modernização do aparelho do Estado, as **instituições de assistência são instrumentos de veiculação de políticas sociais com aspectos claramente assistencialistas**. A partir da mudança do regime político no ano de 1964, em consequência da ditadura militar, os recursos para as instituições são reduzidos.

O que se constata na década seguinte, apesar do contexto de crescimento econômico e do fortalecimento de algumas instituições, a classe trabalhadora seguia em um processo de empobrecimento crescente. Destaca-se que em 1970 a LBA realizou concurso público para preenchimento de vagas, inclusive para a área de Serviço Social.

Na década de 80 com a queda na economia brasileira, se agrava a pauperização da parte da população que já fazia parte do segmento marginal do processo produtivo, sendo registrados altos índices de miséria absoluta, de mortalidade infantil e desnutrição. Assim, são inseridos diversos programas nas instituições que constituem em ações fragmentadas buscando atender uma população mais dependente de benefícios. Por outro lado, na Constituição Federal de 1988, temos o reconhecimento da Assistência Social como tendo status de Política de Seguridade Social e **passando assim a ser um direito do cidadão e não a favor do Estado ou das entidades filantrópicas**. Nos anos seguintes foram sendo regulamentados e criadas normativas pertinentes às instituições de assistência, caracterizando a desvinculação das relações históricas de clientelismos político e filantropia com o sistema de proteção social.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social do Brasil tem suas origens e marcas vinculadas à ação Católica da Igreja e os movimentos delas decorrentes. O Serviço Social tradicional ao atuar sobre os efeitos da questão social negava as transformações econômicas e sociais que atravessavam a sociedade brasileira. O primeiro curso de Serviço Social no Brasil surgiu em 1936 e sua regulamentação ocorreu em 1957.

Movidas pelas pressões sociais e mobilização dos setores populares, as escolas de Serviço Social se apropriaram da metodologia de trabalho americano, e passaram a incluir nos currículos o ensino do Serviço Social de caso, Serviço Social de comunidade, posteriormente desenvolvimento de comunidade. O desenvolvimento de comunidade foi difundido amplamente, pela ONU e OEA (décadas de 50, 60 e início de 70) através de assistência técnica a projetos, cursos, seminários e alcance de ampla literatura. No Brasil grandes projetos foram implantados com apoios de instituições públicas e por iniciativa da igreja católica.

Movidos pela crítica ao Serviço Social tradicional e pelo reconhecimento de que sua teoria demandava novas ideologias, profissionais, docentes e estudantes

de serviço social deram os primeiros passos para o movimento de reconceituação da profissão. Em resposta as exigências sociais, quanto a compreensão das dinâmicas e relações de classe, o Serviço Social inicia um processo de construção de uma nova teoria e práxis do Serviço Social que se propõe a atuar sobre as causas da questão social.

Conforme Faleiros (2004 apud CASTRO) "resultou ao Serviço Social, um recuo quanto à filosofia do desenvolvimentismo, novas e mais profundas indagações, críticas ao Serviço Social tradicional e demanda de novas ideologias".

O encontro regional de escolas de Serviço Social do nordeste (1964) é considerado a primeira manifestação grupal de crítica ao Serviço Social tradicional e ensaio de reconceituação. Os documentos de Araxá de 1967 e de Teresópolis de 1970(construídos nesses dois eventos) podem ser considerados a tentativa de adequar o Serviço Social às tendências políticas dominantes e que não se punha como objeto de questionamento pelos protagonistas que concorriam à sua elaboração.

No encontro de Araxá em Minas Gerais repensou-se com maior profundidade a teoria básica do Serviço Social e sua metodologia, que se caracteriza por uma ação junto aos indivíduos com desajustamentos familiares e sociais que decorrentes de estruturais sociais inadequadas, isto é, uma ação de cunho corretivo. Em Araxá algo significativo foi a discussão da profissão onde os Assistentes sociais não sejam mais meros executores das políticas sociais, mas que sejam capazes, sobretudo de participar da sua formulação e gestão.

O próximo encontro, o de Teresópolis, aborda uma determinação de um método profissional que defende ser um método científico. Segundo Castro (2011):

A redefinição do papel do Assistente social ao situá-lo como um funcionário do desenvolvimento, Teresópolis propõe a redução quanto à própria condição funcionária do profissional, ele é investido de um estatuto básico de execução, com a conseqüente valorização da ação prática-imediata.

Outros eventos foram importantes para a construção de uma nova perspectiva de atuação. Oito anos depois do encontro de Teresópolis, realizou-se

o encontro de Sumaré no Rio de Janeiro que teve como foco discutir a construção do objeto do Serviço Social mediante um enfoque dialético entre a perspectiva da ciência e a dos modos de produção das formações sociais e das conjunturas políticas.

Já o I Seminário Latino Americano de Serviço Social (1965) em Porto Alegre é marcado pela linha do movimento de ruptura com o tradicionalismo, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista. As novas bases de legitimação da ação profissional, exige que o/a Assistente social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, polarizada pela luta de classes. A importância da relação teoria/prática, altamente enfatizada pelo movimento, um dos seus marcantes resultados:

Essa interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para superar o voluntarismo, a prática rotineira e burocrática, as tendências empiristas, o alheamento do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular. (IAMAMOTO, 1995 apud CASTRO, 2011).

O Código de Ética Profissional no Brasil no processo de reconceituação, tem duas versões, uma vinculada direta com a classe trabalhadora e outra para aos trabalhadores na defesa de seus direitos. A versão aprovada em maio de 1986 quando a nova Constituição do país estava em discussão reafirma a defesa dos direitos sociais e da participação dos usuários no contexto democrático, como uma definição mais clara dos direitos e deveres profissionais.

No ano de 1993 é aprovada a Lei (nº. 8.862) que dispõe sobre Regulamentação da Profissão que se consolidou uma perspectiva de transformação social e um projeto ético-político da profissão. A reforma curricular aprovada em 1979 pela Assembléia da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, implementada a partir de 1982, defendeu uma perspectiva de "visão crítica e comprometida com transformação social".

Percebe-se que o movimento de reconceituação envolveu reelaborações na busca de novos conhecimentos, teorias e abordagens baseadas em uma concepção de homem e de mundo e na formulação de novas metodologias que pudesse instrumentalizar uma ação coerente com um novo posicionamento.

O processo de reconceituação desde a década de 60 permitiu uma nova visão das possibilidades da profissão e das funções do assistente social, no sentido de reformulações teóricas e práticas. Permitiu à profissão enfrentar a formação tecnocrática conservadora e construir coletivamente um projeto ético-político profissional expresso no currículo mínimo de 1982 e nas diretrizes curriculares de 1996 e no Código de Ética de 1986 e 1993, nos quais as políticas sociais e os direitos estão presentes como uma importante mediação para construção de uma nova sociabilidade.

2.3 SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assim, como o Serviço Social, a Assistência Social, também apresentou nas últimas décadas uma trajetória de avanços. Passou da concepção de favor, ao estatuto de Política Pública. A Constituição Federal de 1988 situou-a no âmbito da Seguridade Social e abriu caminho para os avanços que se seguiram. A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos/as assistentes sociais.

Os direitos e deveres profissionais presentes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão orientam e norteiam as atribuições e competências dos/as profissionais de Serviço Social, sejam realizadas na política de Assistência Social ou em outro espaço sócioocupacional.

No que se refere aos **direitos** dos/as assistentes sociais, o artigo 2º do Código de Ética assegura:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código; b) livre exercício das atividades inerentes à profissão; c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais; d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional; f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

No que se refere aos deveres profissionais, o artigo 3º estabelece:

a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor; b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão; c) abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades .

O perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens e práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. Demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes sócioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe diversos elementos, entre eles uma leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil (CFESS, 2011).

As competências e atribuições dos/as assistentes sociais, na política de Assistência Social, requisitam do profissional, algumas competências:

apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996). (CFESS, 2011, p. 18)

Essas competências abrangem diversas dimensões interventivas, que englobam abordagens individuais, familiares ou coletivas. Individuais e familiares na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. E coletiva na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social. Também

dimensões que envolvem o planejamento e a execução dos serviços na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa e por fim uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora. (CFESS, 2011, p. 19)

A materialização dessas diversas dimensões pode se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos, destacando-se algumas:

formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social; elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social; (...)favorecer a participação dos/as usuários/as e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações; estimular a organização coletiva e orientar/as os usuários/as e trabalhadores/as da política de Assistência Social a constituir entidades representativas; instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; realizar estudos sócioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS; exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social; participar nos Conselhos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social na condição de conselheiro/a; organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para materialização da política de Assistência Social; acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos/as usuários/as. (CFESS, 2011, p. 21)

A realização dessas competências e atribuições requer a utilização de instrumentais adequados a cada situação social a ser enfrentada profissionalmente. A definição das estratégias e o uso dos instrumentais técnicos devem ser estabelecidos pelo/a próprio/a profissional, que tem o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, em consonância com as demandas regionais, específicas de cada realidade em que atua.

CAPÍTULO III - DESAFIOS E ESTRATEGIAS PROFISSIONAIS

3.1 A ENTREVISTA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Neste trabalho será utilizado a entrevista como método para a investigação da realidade profissional, desafios e estratégias do/a Assistente Social inserido na Política de Assistência Social, a fim de relalizar uma análise no campo dessa atuação.

Através da entrevista os pesquisadores buscam coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados (BONI e QUARESMA, 2005). Aqui foi esolhida a entrevista estruturada, elaborada mediante perguntas previamente formuladas.

Inicialmente no presente trabalho, as entrevistas seriam realizadas com Assistentes Sociais que atuam na Política de Assistência Social no município de Pranguá/PR, especificadamente com técnicas inseridas nos CRAS e CREAS, este último onde foi realizado o estágio supervisionado. O objetivo do referido trabalho, bem como as questões foram apresentadas as profissionais via contato telefônico, e-mail e em visita no local. Entretanto, ao analisarem as questões, apesar de avaliaram como muito interessantes, também avaliaram como sendo comprometedoras e acabaram não retornando. Refeletiu-se então na possibilidade de alteração das questões, mas antes disso e devido o tempo hábil para a realização das entrevistas, acabou-se contatando Assistentes Sociais de outros municípios que aceitaram responder. Participaram da pesquisa uma (01) assistente social de Pontal do Paraná/PR e quatro (04) de Curitiba/PR. São elas:

Entrevistada 1, trabalha na FAS - Fundação de Ação Social no município de Curitiba; atua há 8 anos no equipamento e há 19 anos na Assistência Social.

Entrevistada 2, atualmente atua como coordenadora do serviço de Acolhimento municipal da Proteção Social Especial de Alta Complexidade de Curitiba; trabalha neste serviço há 1 ano e na Política de Assistência Social há 6 anos.

Entrevistada 3, atua no CREAS Fazenda Rio Grande, Curitiba há um (01) ano; e há um (01) ano também na Assistência Social.

Entrevistada 4, atua no CRAS Vila Verde - CIC; atua há 6 anos no CRAS e na Assistência Social.

Entrevistada 5, trabalha no CRAS de Ipanema em Pontal do Paraná; atua no equipamento e na Assistência Social há um pouco mais de 2 anos.

O roteiro da entrevista inicia com uma caracterização da entrevistada, contendo o nome, local de trabalho, tempo de atuação no local de trabalho e tempo de atuação na Assistência Social. Foram sete (07) questões:

1. Quais as atividades/ações que realiza no seu trabalho? Como é seu cronograma de trabalho?
2. Você avalia que estas atividades estão em consonância com as diretrizes, princípios e objetivos do SUAS; bem como se referem as atribuições do/a Assistente Social?
3. Você encontra desafios para realizar essas atividades? Quais?
4. Você (e seus/as colegas de trabalho) tem recebido o apoio do órgão gestor ? Sempre foi assim?
5. Como é o diálogo com o gestor do SUAS e com os demais gestores municipais? Este acontece? Como?
6. Como você avalia o grau de conhecimento/experiência do gestor demais diretores acerca da Política de Assistência Social?
7. Quais são algumas das estratégias que se utiliza para realizar o trabalho e enfrentar/superar os desafios?

3.2 ATIVIDADES, DESAFIOS E ESTRATEGIAS

Além de o Assistente Social seguir seu código de ética e regulamentações profissionais, enquanto trabalhador do SUAS, como já vimos no capítulo anterior, este profissional possui atribuições e competências específicas no seu trabalho referente à execução dos serviços e programas socioassistenciais, que se desdobram em procedimentos específicos. Diante disso, as perguntas para a

realização das entrevistas procuram abordar as particularidades da atuação das técnicas inseridas no SUAS. Destaca-se que a Entrevistada 1 e a Entrevistada 2 responderam o questionário em conjunto, pois ambas atuam na Proteção Social Básica no mesmo município.

Na primeira questão, as profissionais falaram sobre suas atividades e ações que realizam no seu trabalho:

Entrevistadas 1 e 2: "Atendimento Social, visitas domiciliares, acompanhamento familiar através do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, acompanhamento e referência técnica de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Acompanhamento da Rede de Proteção. Existe um cronograma para visitas domiciliares e atendimento social para cada técnico, porém é flexível de acordo com as demandas e com os demais serviços."

Entrevistada 3: "No momento estou na coordenação do serviço, realizamos em conjunto com outra colega de serviço social, atendimentos a família, aos acolhidos visita domiciliar, rotina da casa, normas da casa, responder ao judiciário, realizar PIA (plano Individual de atendimento), mediar conflitos entre os acolhidos, parte administrativa da casa, acompanhamento de visitas familiares, entre outras. Não temos cronograma para visitas ou atendimentos, pois é um serviço muito rotativo, mas temos agenda para reunião com os educadores, com CAPS II, dias fixos para atendimentos dos educadores para conversar sobre seus acolhidos de referência."

Entrevistada 4: "Trabalho com crianças e adolescentes, PCD, transtorno mental, dependência química e usuários que nos procuram do sexo masculino, feminino, que não são idosos. Fazemos encaminhamentos para a área da saúde, promotoria pública, ou seja todos os encaminhamentos necessários peculiares a cada caso. Recebo uma grande demanda do Ministério Público no que tange a crianças e adolescentes como Estudo Social, avaliação para tutela e curatela. Temos escalas do uso do carro, cada técnica tem seu dia e motorista a seu dispor, o que não impede que em uma emergência uma ceda para a outra. Montamos cronograma de reuniões e visitas fora do município por fazermos acompanhamento das crianças com guarda em outros locais e que saíram do nosso abrigo. Temos uma técnica que trabalha apenas com casos da casa lar e do abrigo. Os outros casos de crianças e adolescentes ficam comigo".

Entrevistada 5: "Acolhimento individual e coletivo, orientações e encaminhamento para acesso ao B.P.C, visitas domiciliares, avaliações para benefícios eventuais, acompanhamento através do PAIF, realização de grupo com ênfase em participação e mobilização comunitária; supervisão de estágio; articulação com rede socioassistencial e demais políticas públicas, encaminhamentos e outras. Quanto ao cronograma de trabalho realizamos planejamentos e quando é necessário precisamos adequar de acordo com as circunstâncias e possibilidades. Atualmente realizamos em um dia e uma manhã as visitas e outras atividades que necessitam do veículo, outra manhã realizamos os grupos, em uma dia e meio atendimentos, acolhimentos no CRAS e nos demais horários confeccionamos relatórios diversos, contatos telefônicos, e outras atividades essenciais. Também tem espaço para reuniões de equipe e com técnicos do SUAS."

Percebe-se que as profissionais possuem uma grande demanda de trabalho e que devido a isso buscam organizá-las por meio de planejamentos, que por vezes precisam ser flexibilizados. Também se percebe que as intervenções realizadas pelas técnicas, seguem os parâmetros para atuação. Da mesma forma quando perguntado se elas avaliam que estas atividades estão em consonância com as diretrizes, princípios e objetivos do SUAS; bem como se referem as atribuições do/a Assistente Social as profissionais dizem que:

Entrevistadas 1 e 2: "Sim, está em consonância e objetivos do SUAS, porém existe ações que ainda não foram regulamentadas pelo município (benefícios eventuais) e se tornam ações assistencialistas. Em relação às atribuições, devido à falta de psicólogo e pedagogo, acaba sendo executados com dificuldades pelos assistentes sociais."

Entrevistada 3: "Sim pois temos a legislação de acolhimento sempre estudando em equipe, e buscando refletir sobre nosso papel, e principalmente a discussão do trabalho multidisciplinar."

Entrevistada 4: "Sim, apenas não concordo com a demanda do Ministério Público, exige muito, não possuímos profissionais para isso, e nos exploram sem ressarcimento financeiro."

Entrevistada 5: "Avalio que estão, mas embora temos parâmetros para atuação, normativas, legislações para delinear as ações, vivenciamos uma realidade específica em cada município e então precisamos sempre estar realizando o exercício da reflexão. Quanto as atribuições, nem sempre é fácil trabalhar com a intersetorialidade, mas é muito importante!"

As respostas apontam que apesar de executarem suas atividades atendendo as normativas da Política de Assistência Social e a regulamentação profissional, existem algumas dificuldades para tanto, como o recebimento de demandas que extrapolam suas atribuições na área e que trazem implicações ética, como no caso das demandas do Poder Judiciário. Outro ponto que as profissionais trouxeram foi a necessidade do profissional estar realizando reflexões em torno da sua atuação, devido fatores como o fato de comporem equipes multiprofissionais. As equipes técnicas de referência no SUAS são formadas por profissionais diversos e todos devem ter suas dimensões profissionais respeitadas e ao mesmo tempo trabalhar de forma conjunta na intervenção das situações.

Quanto aos desafios vivenciados pelas profissionais, elas destacam a falta de espaço adequado para atendimento, a relação com o Poder Judiciário, falta de

recursos, materiais de trabalho, equipe técnicas de trabalho reduzidas, falta de capacitação e outras:

Entrevistadas 1 e 2: "Sim. Desafios: participação dos usuários nos serviços continuados, estrutura física precária, falta de espaço para a realização das atividades, recursos materiais e humanos (data show, materiais lúdicos, recursos humanos – psicólogo, pedagogo, materiais de consumo, som, DVD, computadores, entre outros), capacitação para orientações em relação aos serviços de convivência, uma vez que não temos diversidade de profissionais (psicólogo e pedagogo)."

Entrevistada 3: "A complexidade do trabalho pois é muito subjetivo, a questão dos atendimentos aos acolhidos, suas sequelas, muitos tem transtorno mental devido as sequelas, e as limitações institucionais é grande desafio (falta de pessoal, de estrutura, etc.), outra situação é o trabalho com o judiciário pois temos que sustentar o parecer técnico sobre os casos."

Entrevistada 4: "Física por não ter uma sala de atendimento só minha, divido com outra técnica o que dificulta nos atendimento, pedindo para a colega sair ou buscando outra sala para atender. Subjetivas, cada caso é único, nos deparamos com violência familiar, dependência química, ameaças."

Entrevistada 5: "Encontramos muitas. Hoje as principais são estrutura física não totalmente adequada, falta de técnicos para atuar em alguns programas e serviços da proteção social básica como o Serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos. Falta de capacitação do PAIF e outras, pois sentimos a necessidade de adequar algumas coisas. Também conseguir ir mais além daquele atendimento imediatista e emergencial, e ainda dificuldades no enfrentamento as relações de poder, aí me refiro as tentativas de intervenção político-partidária, principalmente de pessoas que utilizam os direitos das pessoas como favores, benesse. "

Os desafios enfrentados pelas entrevistadas nos trazem reflexões sobre o processo de construção da Política de Assistência Social. Apesar das importantes conquistas no que se refere a Legislação da Assistência Social, as mudanças não acontecem de forma imediata e vem acompanhadas de desafios. As Assistentes Sociais entrevistadas enfrentam muitos desafios que podem comprometer a continuidade e qualidade dos serviços prestados, e ainda corre-se o risco de manter a reprodução de práticas assistencialistas. Percebe-se que ainda exige-se esforços significativos do poder público para a consolidação dos serviços voltados aos usuários.

Na quarta questão foi perguntado se as profissionais recebem o apoio do órgão gestor da política pública, se sempre foi assim, e se não, como era. Elas responderam que:

Entrevistadas 1 e 2: "Não recebemos orientações necessárias para a execução das atividades, temos que realizar as ações de acordo com o nosso planejamento sem certeza de estarmos realizando de forma eficaz. Algumas atividades são realizadas com custeio dos profissionais, pois a fundação não tem recursos suficientes."

Entrevistada 3: "Sim é realizado capacitação permanente em equipe, na outra gestão foi realizado uma capacitação de um ano, e neste ano realizamos capacitação como planejar, para melhorar o trabalho, foi muito importante pessoas de fora do município discutindo como melhorar o trabalho."

Entrevistada 4: "Deixam muito a desejar, a gestora mal aparece nas dependências do CREAS, acabamos absorvendo várias tarefas no que demandaria mais dois profissionais. Há um descaso por parte da gestão direta. Mas especificadamente da coordenadora da especial. Todos os planejamentos são feitos pela coordenadora local de repassados a secretaria."

Entrevistada 5: "Eu acho que não se dá a devida atenção, e quando a gente acha que avançou, ocorre um retrocesso. O gestor não realiza de fato o que é seu papel e interfere no nosso trabalho, realizando ações assistencialistas com aquelas famílias que estamos fazendo todo um trabalho de desenvolvimento da autonomia etc. Eu entrei há pouco tempo, mas as colegas contam que na outra gestão as coisas eram piores, não existia diálogo e o gestor era bem autoritário."

Quase na totalidade as técnicas não recebem o apoio do órgão gestor, sendo que quando há este apoio ele é percebido na existência de capacitação profissional das equipes. Os relatos mostram uma realidade ainda vivenciada em muitos municípios, que é uma preocupação por parte dos gestores em responder às demandas por parte da população de forma clientelista e colocando em segundo plano planejamento e a coordenação dos equipamentos e serviços da Assistência. Também no que se refere ao órgão gestor, quando perguntadas sobre o diálogo com o gestor da política, como ele acontece, as entrevistadas nos apontam as seguintes reflexões sobre essa mediação tão importante para o seu fazer profissional:

Entrevistadas 1 e 2: "Acontece, mas não de forma direta, quando chega aos profissionais da ponta, a informação não é completa e às vezes até diferente."

Entrevistada 3: "Sim, é discutido o respeito ao parecer técnico, mas na atual conjuntura a limitação de equipe, e a prefeitura relata contenção de gastos e a limitação institucional é o desafio."

Entrevistada 4: "Raramente, temos reunião de REDE e da Rede de proteção, porém a Educação acaba tomando a maior parte da pauta. A

política fala mais alto, e nosso trabalho acaba ficando em segundo plano. Precisamos de apoio o que não acontece."

Entrevistada 5: "O gestor costuma nos ouvir, ou achamos que ouve. Quase sempre nós que vamos até ele, o buscamos e ele então participa de reuniões conosco. Na maioria das vezes precisamos entrar em muitos embates diretos. Agora dialogamos muito mais com a nossa coordenação. O gestor vem muito pouco ao equipamento. E há muito discurso, inclusive um grande envolvimento da religião nesse discurso."

Sobre o grau de conhecimento do gestor sobre a Política que gerenciam as entrevistadas nos trazem as seguintes respostas:

Entrevistadas 1 e 2: "Os gestores e diretores possuem grande conhecimento teórico, porém falta experiência prática e acaba prejudicando os profissionais da ponta, com dificuldades de executar o que os gestores planejaram."

Entrevistada 3: "Os atuais gestores são concursados assistentes sociais, psicólogos, com experiência na política. Anteriormente ocorria cargos políticos sem experiência no SUAS era difícil."

Entrevistada 4: "O Secretário tem conhecimento da política na íntegra, ele é presidente a nível de Paraná do CDCA. A Diretora da assistência é nova, faz apenas 6 meses que está atuando, tem muito que aprender, é formada em pedagogia. A coordenadora da especial precisa de capacitação e mais integração na política de Assistência para entender o que realmente é o papel e a importância do CREAS."

Entrevistada 5: "O gestor não possui experiência na área, atuava na saúde. Um dos diretores atuava nesta política como administrativo e outros tem somente vontade de ajudar as pessoas por serem pastor, etc. Ao meu ver todos precisariam estar muito mais capacitados para estar ali e o fato de termos funcionários com cargo de comissão nesses cargos, acabam defendendo os interesses políticos do gestor municipal."

Como vimos nas duas últimas questões referentes a relação das profissionais com o órgão gestor, a precariedade no diálogo ou até mesmo a ausência dele por parte dos gestores, demonstra a necessidade de gestores comprometidos com a perspectiva do direito social, seguindo as prerrogativas da LOAS, bem como de gestores com formações acadêmicas com conhecimentos necessários para atuar na Assistência Social.

A intervenção profissional pressupõe enfrentar e superar grandes tendências presentes hoje no âmbito da Assistência, como vimos nas falas, por exemplo, a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar a atuação profissional como um "grande plantão de emergências", ou o controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda. Como veremos nas respostas da seguinte questão –

quais são algumas das estratégias que se utiliza para realizar o trabalho e enfrentar/superar estes desafios? – as profissionais lutam pelo reconhecimento de suas atribuições e o fortalecimento dos espaços de organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos, de formulação e construção coletiva, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade:

Entrevistadas 1 e 2: "Há reuniões de equipe semanalmente, nas quais são expressas as dificuldades e sugeridas propostas para o enfrentamento dos desafios. Em certas reuniões de equipe existe a participação da supervisora regional e do gerente de proteção básica que tentam amenizar a situação. Os profissionais se dedicam e fazem esforços além de suas atribuições para que as ações se concretizem com qualidade e sucesso. União da equipe para que se tenha um ambiente acolhedor e as atividades se realizem com qualidade."

Entrevistada 3: "Foi Solicitado a gestão concurso público e alterações na estrutura física, também buscamos auxílio da saúde para discussão de casos e estratégias no atendimento dos acolhidos."

Entrevistada 4: "Olhe colega, me recorro do meu juramento, na defesa intransigente dos direitos dos usuários e faz a coisa acontecer, você encontrará muitos desafios na carreira, principalmente na gestão pública. Cumpra a Lei, o que determina a política de Assistência e faça as coisas acontecerem, e assim que fazemos."

Entrevistada 5: "Destaco o fortalecimento do coletivo. Nós assistentes sociais juntamente com as psicólogas, pedagoga, buscamos sempre nos fortalecer, fazemos reuniões mensais para traçar estratégias, debater temas, buscar soluções. Então buscamos nos fortalecer não somente enquanto assistentes sociais, mas enquanto técnicas do SUAS. E claro, sempre aliadas às estratégias individuais. Também são feitas reuniões da equipe do CRAS Ipanema e buscamos o apoio da nossa coordenação. Na medida do possível nos fazemos sempre presente no conselho municipal e levamos demandas para este. Muitas vezes precisamos buscar a criatividade e adaptar o trabalho com o que temos no momento até que tenhamos as condições necessárias. Por outro lado, precisamos nos posicionar firmemente porque senão tudo acaba ficando para gente fazer, até o que não é da Assistência. E buscamos sempre nos embasar em tudo o que vamos buscar, nos documentar."

Os Assistentes Sociais inseridos nos equipamentos e serviços desta Política pública tem enfrentado no seu cotidiano profissional, muitos desafios. Além da precarização dos serviços aliados ao agravamento das expressões da questão social, o assistente social enfrenta a dificuldade de legitimação de sua identidade profissional. Torna-se necessário que o profissional realize a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer estratégias necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi muito importante para o aprofundamento acerca da atuação do (a) profissional Assistente Social no campo da Política Pública de Assistência Social, uma vez que permitiu compreender as dinâmicas envolvidas, desafios e estratégias profissionais que perpassam esse cotidiano de trabalho. Além de ter permitido desenvolver competências de investigação e organização de pesquisa.

Os objetivos deste trabalho foram alcançados, pois foi possível analisar através de pesquisa exploratória em livros, artigos e teses e entrevistas em profundidade as atribuições e competências profissionais levando em consideração as condições e relações de trabalho do assistente social. Também conhecer as fragilidades e os avanços dos serviços, bem como os desafios presentes no cotidiano profissional e analisar as estratégias profissionais utilizadas no enfrentamento aos desafios, bem como na busca, pela afirmação do compromisso com o projeto ético-político do serviço social.

A principal dificuldade encontrada para a realização da pesquisa foi o desafio de encontrar Assistentes Sociais a serem entrevistadas no município de Paranaguá/PR. Devido as experiências vivenciadas no campo de estágio supervisionado em Serviço Social junto à Direção da Secretaria de Proteção Social Especial do referido município, pretendia-se realizar as Assistentes Sociais que atuam nos CRAS e CREAS. Inicialmente, foram realizados contatos telefônicos com as profissionais a fim de lhes apresentar os objetivos da pesquisa e depois contatos pessoais no equipamentos e envio de e-mail.

Contudo, ao analisarem as questões, apesar de avaliaram como muito interessantes, também avaliaram como sendo comprometedoras e acabaram não retornando. Outras, devido o pouco tempo para responder as questões também não retornaram. Algumas profissionais demonstraram preocupação em participar da pesquisa, mesmo com seus nomes resguardados, principalmente quanto a repressão por parte do órgão gestor já que a pesquisa se propunha a expor as dificuldades, a portanto, as fragilidades no Sistema Único de Assistência Social.

Após diversas tentativas de convencimento com as profissionais, pensou-

se na opção de mudança nas questões da entrevista, mas isto acabaria por alterar os objetivos da pesquisa. Assim, foram contatadas Assistentes Sociais de outros municípios que aceitaram prontamente participar da entrevista estruturada.

Partindo-se das entrevistas percebeu-se que, as profissionais possuem uma grande demanda de trabalho e que devido a isso buscam organizá-las por meio de planejamentos. Também que as intervenções realizadas pelas técnicas, seguem os parâmetros para atuação e estão em consonância com as diretrizes, princípios e objetivos do SUAS, bem como se referem as atribuições do/a Assistente Social.

No que se refere aos desafios profissionais, enfrentam muitos no seu dia-a-dia, como o recebimento de demandas que extrapolam suas atribuições na área e que trazem implicações ética, falta de estrutura física de trabalho, equipe técnica reduzida, falta de entendimento das atribuições e competências do/a Assistente Social, falta de capacitação, entre muitas outras. Estes desafios podem comprometer a continuidade e qualidade dos serviços prestados, e ainda corre-se o risco de manter a reprodução de práticas assistencialistas. Os vários desafios enfrentados pelas entrevistadas apontam reflexões sobre o processo de construção da Política de Assistência Social. Apesar das importantes conquistas no que se refere a Legislação da Assistência Social, as mudanças não acontecem de forma imediata e vem acompanhadas de desafios. Percebe-se que ainda exige-se esforços significativos do poder público para a consolidação dos serviços voltados aos usuários.

Sobre a relação dos profissionais com o órgão gestor da Política de Assistência Social identificou-se que é permeada por muitos conflitos e mostram uma realidade em que há uma preocupação por parte dos gestores em responder às demandas por parte da população de forma clientelista e colocando em segundo plano planejamento e a coordenação dos equipamentos e serviços da Assistência.

Como vimos nas entrevistas, a intervenção profissional pressupõe enfrentar e superar grandes tendências presentes hoje no âmbito da Assistência Social. E para tanto, as profissionais se esforçam em criar estratégias que envolvem a luta pelo reconhecimento de suas atribuições e o fortalecimento dos espaços de organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos, de

formulação e construção coletiva, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade. Portanto, é necessário que o profissional realize a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer estratégias necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carlos Alberto Monteiro de. **Assistência Social no Brasil: a mudança do modelo de gestão.** Disponível em: <<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/TextosTecnicos/textec3.htm>>.

ARANTES, Aldo. **A constituição de 1988 e o movimento popular.** 2013. Disponível em: <<http://contee.org.br/contee/index.php/2013/10/a-constituicao-de-1988-e-o-movimento-popular/#.UyYwXTS5eYE>> Acesso em:

BARBOSA, Eni Maria Monteiro. **O processo de regulamentação da Assistência Social: Avanços e Retrocessos.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 1991. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F1451%2F1%2Ftd_0222.pdf&ei=9jUmU9avG4fwkQeQ34DwAQ&usg=AFQjCNHJkmOrAdP2j006ErOBivrU7VcqZQ

CASTRO, Daiane Melo de. **Movimento de Reconceitualização do Serviço Social.** Sociedade e Cultura. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/movimentodereconceituacaodo-servicosocial/46749/>>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014) Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS. **Atribuições Privativas Do/a Assistente Social.** 1ª Edição Ampliada. Conselho Federal De Serviço Social – CFESS. Comissão De Fiscalização CFESS - Gestão “Tempo De Luta De Resistência” (2011-2014). Disponível em: <<http://Www.Cfess.Org.Br/Arquivos/Atribuicoes2012-Completo.pdf>>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº273/93. **Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** 13 de março de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social é Profissão. Assistência Social é Política Pública.** CFESS Manifesta, dezembro de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº493/2006. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.** Brasília, 2006

ESCORSIM, Silvana Maria. **A Filantropia do Brasil: entre a caridade e a política de assistência social.** Revista Espaço Acadêmico. Nº 86. Julho / 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>>.

GONÇALVES, Marcela Reis. **Principais desafios nas ações da Política de Assistência Social no Município de Botelho.** Disponível em: <<http://www.amog.org.br/amogarquivos/TCCPOS-TURMA-2012/Marcela-Reis-Goncalves.pdf>>

GOHN, Maria da Glória. **Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil.** Unicamp/Uninove/CNPq. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20GOHN.pdf>

IAMAMOTO. M. V. O. **Debate Contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional. Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis.** Org. Dilsea A. Bonetti, Marlise V. Silva, Mione A. Sales e Valéria M. M. Gonelli. São Paulo/SP, 2009. Editora Cortez.

LOAS. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Anotada. MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistenciasocial-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-anotada-2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20%20LOAS%20Anotada%202009.pdf/download>>

LONARDONI, Eliana et al. **O processo de afirmação da assistência social como política social.** Serviço Social em Revista, Universidade Estadual de Londrina, v. 8, n. 2, jan/jun 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social. Identidade e Alienação.** 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social, PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica, NOB/SUAS.** Novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUA-S-sem%20marca.pdf/noticias/2010/outubro/constituicao-federal-de-1988-completa-22-nos>>.

RAMOS, Aline dos Santos. **A história da Assistência Social no Brasil. 2012.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-historia-da-assistencia-social-no-brasil-6007248.html>> Acesso em: 01/02/2014.

REIS, Daniel Aarão; ROLLEMBERG, Denise. **A ditadura, os estudantes e os trabalhadores.** Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/repressao-ao-movimento-estudantil-e-operario/>>

Serviço Social e Assistência Social no Brasil. PUC. Disponível em:<
http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510670_07_cap_03.pdf>

QUARESMA, S. J.; BONI, V. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. v. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em:< www.emtese.ufsc.br >

YASBEK, Maria Carmelita. **Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelo, Dilemas e Desafios.** 2010. Seminário Internacional do BPC – MDS.